

TECNOLOGIAS SOCIAIS LEVANDO À COMPETITIVIDADE: O CASO DO INSTITUTO CABRUCUA NA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

AMILCAR BAIARDI

Universidade Católica do Salvador / Pós-Graduação, Brasil
amilcar.baiardi@gmail.com / amilcarbaiardi@uol.com.br

CELINA MARIA FERNANDES DA CUNHA BASTO

Universidade Católica do Salvador / Graduação e Sinergy Consultores Associados, Brasil
celinabasto@uol.com.br

RESUMO

The Cocoa Region in Bahia (Brazil) is located in a macro-region known as the South Coast, in an area of great ecological significance, which shelters a rich biodiversity belonging to Atlantic Forest species. It has about 32 000 farmers and 565 thousands of hectares with cocoa plants. The region has produced about 400,000 ton of cocoa beans in the 80s and part of this quantity received the denomination of Bahia Cocoa Superior from the international market, due the way in which occurs the production process and drying. The award paid by the international market was due to singularities like plants growing under trees shade, as an agroforestry system known as “cabruca”, involving rich knowledge at ethno botanic, intensively using the labor and getting high cultural value. This paper attempts to relate as the Cabruca Institute, a civil society organization, seeks to preserve and promote this kind of cocoa beans productive process, combining ecological and social aspects with an efficiently production and marketing. The method adopted was the case study based on secondary sources like Cabruca’s files and others cataloged as research reports, site, participant observation and brief interviews. The results show that even using labor-intensive technologies cocoa beans produced by agroforestry is competitive at the international market.

Key words: cocoa nuts, sustainable development, social technologies, Cabruca Institute

INTRODUÇÃO

As tecnologias sociais têm sido associadas aos processos produtivos que geram empregabilidade por utilizar intensivamente força de trabalho ou aquelas inovações tecnológicas que produzem elevados impactos sociais como as que ocorrem na área de saúde e saneamento básico, aumentando a expectativa de vida e o bem estar das populações. Em geral das tecnologias sociais não se espera que aumentem a competitividade ao nível das firmas, nas cadeias produtivas e nem mesmo ao nível sistêmico. Entretanto, existe uma experiência na região cacauzeira da Bahia, localizada na macroregião conhecida como Litoral Sul, uma área de grande relevância ecológica por abrigar uma rica biodiversidade de espécies pertencentes à Mata Atlântica, que se constitui uma exceção. Trata-se do processo de produção denominado “cabruca”; um sistema agroflorestal baseado na floresta primária preservada, que se constitui em sombra para as plantas de cacau, os cacauzeiros. Neste sistema,

diferente do mecanizado e a pleno sol, faz-se uma opção por produzir menos amêndoas por hectare, o que não significa gerar menos renda por área plantada. Isto porque as amêndoas de cacau provenientes do cabruca não são equivalentes às amêndoas tipo *commodity*. Elas tem um sobre preço, um ágio, baseado na qualidade e no valor cultural agregado.

Como as crises da cacauicultura, sobretudo a mais recente, levaram se cogitar em alternativas ao uso do solo mediante desmatamento e limpeza do terreno para implantação de pastagens ou fruticultura, pesquisadores em ciências agrárias e produtores familiares criaram uma organização com o propósito de fazer pesquisas, difundir conhecimento e organizar a comunidade rural visando preservar o sistema “cabruca”. Em decorrência dessa iniciativa foi criado em 2007 o Instituto Cabruca, fundado como organização da sociedade civil. A aceitação dessa organização pela comunidade de pesquisadores e produtores foi bastante expressiva. Atualmente o Instituto Cabruca agrega associações e cooperativas com cerca de três mil agricultores familiares os quais vêm se mantendo e se destacando por produzir amêndoas de cacau com preceitos de sustentabilidade e de qualidade, cujo produto em decorrência de sua singularidade na forma de produção e beneficiamento, vem sendo cotado a valores crescentes nos mercados internacionais. Estes agricultores associados ao Instituto Cabruca e que aderiram aos sistemas agrofloretais conhecidos na região por essa denominação, operam com mão de obra familiar e demonstram propensão a cooperar.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um caso bem sucedido de tecnologia social que enseja processos produtivos sustentáveis e economicamente viáveis em decorrência da cotação internacional da amêndoa de cacau proveniente do sistema cabruca. A valorização advém de ser considerado um processo diferenciado, ecologicamente correto, socialmente incluyente e também por ser baixo utilizador de insumos químicos.

O método utilizado foi um estudo de caso baseado em fontes secundárias como a documentação do Instituto Cabruca e outras tais como relatórios de pesquisa, publicações em periódicos, dissertações, teses etc. Exercitou-se também a observação participante e a realização de breves entrevistas com base em roteiros previamente estabelecidos. O Instituto Cabruca tem em seu acervo publicações sobre sua organização e material resultante de pesquisas sobre as práticas de produção, beneficiamento e comercialização que levam à diferenciação por qualidade das amêndoas comercializadas, resultantes de tecnologias intensivas na mão de obra que incluem inúmeros processos de manipulação, praticamente sem uso de mecanização.

Como resultados obtidos se têm algumas evidências que sugerem que a práxis do Instituto Cabruca pode se constituir em *benchmark* para os cacauicultores regionais, familiares, médios e mesmo de maior escala, que pretendam obter melhores cotações para seu produto. Adicionalmente por estarem praticando um sistema agroflorestral poderão também se beneficiar da legislação específica que contempla estímulos para a agricultura de baixo carbono, que pratica o plantio direto etc. O trabalho poderá ainda atrair novos olhares sobre a importância dos sistemas agrofloretais como arranjos de tecnologias *labor intensive* que levam a qualificações de produtos e a uma maior competitividade dentro do setor, podendo ter um o efeito multiplicador.

NASCIMENTO E EVOLUÇÃO DA CACAUCULTURA NA BAHIA

Uma proposta de periodização da história econômica regional do cacau sugeriria a existência de cinco ciclos, ou períodos, já cumpridos e um sexto, ainda vigente. A história econômica

regional do cacau tem início na primeira metade do século XVII, com as primeiras ocupações produtivas que passaram a se associar ao extrativismo vegetal e à pesca, na geração de ocupação e renda. A história econômica da região se confunde em grande medida com a história econômica da produção de cacau ou cacauicultura. Esta atividade foi e ainda é hegemônica na região. O setor terciário se desenvolveu impulsionado por ela como também aconteceu com o setor secundário, sobretudo nos ramos de maior expressão econômica regional, entre eles o de processamento das amêndoas de cacau com vistas a produzir os ingredientes do chocolate.

Nesta tentativa de reconstrução econômico-histórica, se dá importância especial aos agentes econômicos que protagonizaram o nascimento e o desenvolvimento da cacauicultura. Procura-se situar seu papel, as circunstâncias em que atuaram, as relações de trabalho que estabeleceram, o estado da arte ou do desenvolvimento tecnológico com que lidaram e também seus valores, o que condiciona seu posicionamento espacial, seus conflitos sociais, a visão de si mesmo e da sua práxis e a classe social com a qual se identifica, em cada período analisado.

O primeiro período, ou ciclo, seria o das tentativas de fixação no território por meio da produção de cana de açúcar, das primeiras tentativas de plantio de mandioca e determinadas fruteiras e da extração de madeira e outros produtos da Mata Atlântica. Ele compreende as primeiras décadas do século XVII e é prévio à implantação da cacauicultura. Durante o mesmo se praticou a escravidão indígena e a de africanos em uma escala pequena. Este período correspondeu às tentativas de desenvolver as capitânicas e deixou um legado de fracassos e descrenças na possibilidade de poder repetir em Ilhéus o que acontecia em São Vicente e Pernambuco, que prosperaram porque seus donatários estavam vinculados à emergente burguesia mercantil.

Na realidade, o sul da Bahia, já começara a ser incorporado ao circuito comercial cerca de 50 a 70 anos antes, quando os portugueses desembarcaram no começo da segunda metade do século XVI e, igualmente ao que acontecera na região Amazônica e nas florestas da América Central, cogitaram utilização das terras com agricultura. Estas visões, entretanto, foram desconstruídas quando se verificou a dificuldade de estabelecer atividades produtivas regulares que requeriam grande esforço de domínio do território, constantemente ameaçado pelos índios.

Não obstante os subsídios e incentivos dados pela coroa, entre eles o da posse legal da terra, estas atividades não se consolidaram e o litoral ao sul de Salvador não iria repetir, pelo menos de modo continuado, o modelo de *plantation* açucareira que predominava no Recôncavo (BAIARDI, 1984). Os agentes econômicos deste período eram uma combinação de extrativistas e colonos. O estado da arte das tecnologias empregadas era primitivo e contemplava ferramentas que muitas vezes eram também armas (BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F., 2011).

Este período encerra-se por volta de 1746, quando tem início os primeiros plantios de cacau que ensejam o nascimento de uma atividade que, embora monocultura, tinha determinantes de sua organização diferentes da produção e processamento de cana. É o segundo período, ou ciclo, da história econômica regional, denominado como dos primeiros plantadores de cacau, ou desbravadores. A cacauicultura não surge como uma atividade subalterna ou complementar ao complexo açucareiro ou cafeeiro, a exemplo da bovinocultura. Aparece como atividade autônoma voltada para o comércio internacional e com agentes próprios que visavam o lucro com a venda do produto no mercado europeu, como faziam com o açúcar e o

café. São muitos os caracteres que fazem a atividade cacauieira ser diversa da canavieira e da cafeeira, conferindo-lhe maior risco, menos apoio governamental e ensejando o aparecimento de agentes produtivos que assumiam risco. Na cacauicultura apareceram na sequência o desbravador, o pioneiro, o coronel, o fazendeiro de cacau e o pequeno produtor “burareiro”¹. Todos bem diferentes do latifundiário-fidalgo, herdeiro de donatários da capitania, o qual se metamorfoseou no senhor de engenho e no barão do café.

Os caracteres próprios do sistema de produção, a sua homogeneidade, sua inserção no comércio internacional, sua relação com o urbano, sua história e a adaptação ambiental da lavoura à região, têm exercido um fascínio sobre pesquisadores e historiadores. Na população, o sistema produtivo do cacau gera uma identidade que não foi perdida, malgrado os seus percalços e as suas vicissitudes, resultados das várias crises que a cacauicultura enfrentou. Na sua implantação e no seu cultivo a cacauicultura dá uma demonstração de ser mais moderna que os sistemas de produção de cana e de café, pois não utilizou, ou pelo menos genericamente não fazia, o trabalho compulsório, regido pela escravidão. Os primeiros produtores de amêndoa de cacau, agentes produtivos comparativamente mais inovadores, afeitos ao risco e a receber menor atenção do Estado colonial ou imperial, foram desbravadores. Eram homens livres, predominantemente colonos portugueses que concebiam sistemas de produção com relações de trabalho não escravistas, mas que pudessem contemplar, eventualmente, relações não perfeitamente capitalistas como a meação e o arrendamento. Eles estabeleceram contratos de trabalho com tarefeiros, que executavam as operações manuais simples e complexas no sistema produtivo rural. Havia também na população regional imigrantes com tradição nômade e de comércio ambulante, sobretudo os vindos de países do mundo árabe, com grande mobilidade e capacidade de estabelecer redes de conexão entre a fazenda e os entrepostos de mercadorias demandadas pelo sistema produtivo, que construíam os canais de comercialização. Como compradores da produção de amêndoas de cacau, finalizando a cadeia de comercialização, havia comerciantes exportadores, na sua maioria, portugueses.

Por fim, especificidades da fisiologia da planta, que conviviam com uma cobertura arbórea, introduziam o primeiro sistema agroflorestal no Brasil, criando assim uma relação de dependência da cacauicultura para com a Mata Atlântica. No período dos desbravadores e ao lado destes, tem início a formação do pequeno e médio estabelecimento rural com atividades produtivas voltadas para o mercado interno. Seus agentes eram mestiços e portugueses desprovidos de recursos, que constituíram aquilo que Cardoso (1979) chama de “brecha camponesa” (BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F., 2011).

O ciclo que se segue ao dos desbravadores é o terceiro, ou dos pioneiros, que cobre do fim do século XVIII até a primeira metade do século XIX. Esses agentes em grande parte já não eram colonos portugueses, mas nacionais que conheciam o sucesso que o cacau fazia na Europa como matéria prima do chocolate, produto difundido por espanhóis que o levaram do México e que associaram a produção de cacau à disponibilidade de terras úmidas de florestas tropicais. O sucesso do cacau se dava por ser um produto de sabor agradável, passível de ser adoçado e com fama de ser energético.

Os pioneiros tinham uma maior propensão a assumir riscos e eram financiados por comerciantes já integrados no circuito de exportação de outras mercadorias e que viam na cacauicultura um grande potencial. O típico agente produtivo que emerge neste período tinha na sua composição grupos populacionais do Nordeste brasileiro, sobretudo de Sergipe, que

¹ Denominação dada ao pequeno produtor familiar na cacauicultura.

tinham uma cultura de não rejeição de trabalhos manuais. Neste período, o financiamento, até pela inexistência de bancos, era provido pelo capital mercantil, que além do capital próprio, repassava também recursos que vinham dos importadores europeus.

Nos três primeiros ciclos, o estado da arte da produção era primitivo e consistia de técnicas rudimentares de corte e limpeza da floresta, coveamento, plantio, cultivo e colheita manuais e secagem solar das amêndoas. Não havia, então, qualquer emprego de insumos químicos para controle de doenças e pragas. As relações de trabalho, embora não escravistas, não podiam ser consideradas plenamente capitalistas, uma vez que os trabalhadores residiam no local de produção e consumiam bens vendidos pelos fazendeiros cacauicultores a preços elevados, o que causava uma dependência de dívida.

O quarto período é conhecido como o ciclo dos coronéis, com agentes econômicos, em sua grande maioria, filhos dos pioneiros. Sua principal marca é o envolvimento com a política, sobretudo na esfera local. Nesta época a comercialização e a exportação já haviam saído da mão de portugueses, aparecendo como compradores da produção de amêndoas de cacau, e que integravam a cadeia de comercialização, comerciantes exportadores, europeus de descendência não ibérica, propensos a abrir novas portas para a colocação da amêndoa de cacau nos mercados tradicionais e em novos mercados, que surgiram com o fim das restrições impostas pelo exclusivo colonial. Eles se instalaram em dois portos: os ingleses e suíços em Ilhéus, no século XIX, e os italianos em Santarém, atual Ituberá, no início do século XX. Esses novos agentes de comercialização criaram laços de funcionalidade com os produtores rurais, constituíram um tipo de mercado cativo para a amêndoa de cacau e, no caso de Ituberá, adquiriam também para exportar, piaçava e óleo de dendê processado artesanalmente.

A denominação de coronéis não estava associada com práticas feudais, mas sim com a participação dos cacauicultores na Guarda Nacional, corpo militar de reserva cuja existência vai da metade do século XIX até as três primeiras décadas do século XX. Os descendentes dos pioneiros obtiveram com a cacauicultura lucros expressivos decorrentes das conjunturas de altos preços internacionais da amêndoa de cacau, que duraram décadas. Diferentemente de seus pais, os coronéis optaram por deixar as fazendas e residir nas cidades. Nesse período, os preços pagos pela amêndoa de cacau fizeram-na ser conhecida como produto do “fruto de ouro”. (BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F, 2011).

Ao escolher residir nas cidades, com o objetivo de influenciar e participar do poder local, eles organizaram guardas de proteção, verdadeiras milícias que, além do papel de guarda-costas, também eram usadas para aumentar a terra sob seus controles por meios ilegais que, no limite, se constituíam de ameaças e violências, inclusive invasões de terras e compra por preços injustos. As maiores vítimas eram os vizinhos, principalmente pequenos e médios produtores que, a esta altura, já haviam crescido em número e também começavam a participar do negócio do cacau, se bem que em escala menor. Esta conduta dos coronéis se fazia presente onde as terras eram mais valorizadas e onde a fronteira agrícola se encontrasse próxima. Os coronéis, em termos de mentalidade, consideravam-se um estamento, o que significa ser diferente de seus predecessores que se aproximavam mais do conceito de classe, que significa pensar economicamente o processo produtivo, exercitar relações de classe no circuito da produção, ter uma mentalidade burguesa e encarnar o ideal de acumulação por meio da paixão pelo lucro, sendo este um instrumento de poder pessoal. Em certo sentido, os “coronéis,” como agentes produtivos, são mais conservadores que os desbravadores e pioneiros, pois renunciam a valores empresariais, passando a depender de favores do Estado. Eles também mudam de estilo de vida, abandonando a moradia no campo e indo viver nos núcleos urbanos, visitando suas propriedades periodicamente e entregando a sua gestão a

capatazes, que, em muitos casos, possuíam uma “roça”, pequeno estabelecimento com cacauicultura. Embora suas fontes de subsistência fossem as atividades rurais, os coronéis tinham um estilo de vida citadino, mais assemelhado às aristocracias urbanas.

Nesse período, o suporte do Estado estava concentrado em empréstimos. A propriedade da terra tornou-se o meio para obter vantagens econômicas e, embora persistisse o financiamento concedido pelas firmas exportadoras, com a criação do Banco do Brasil os financiamentos deste ente público começaram a se expandir, visto que não havia nenhum controle com relação à aplicação do dinheiro recebido em atividades produtivas. Para o banco, a exigência maior era a propriedade de terras. Isto fez com que muitos produtores obtivessem rendimentos não operacionais, que decorriam do fato de apenas ser proprietário de terras.

O estado da arte em termos de tecnologia, nesse período, incorporava, em relação aos anteriores, mudanças técnicas na fase de beneficiamento da amêndoa, como a introdução da "barcaça", que substituía a secagem solar em áreas abertas, tipo terreiro. Na "barcaça" a secagem combinava a feita em área aberta com a realizada em área coberta, utilizando calor da queima de madeira. Com este tipo de inovação no beneficiamento, a qualidade da amêndoa melhorou e ela passou a ser considerada na formação do preço ofertado pelos comerciantes. No que concerne à parte de produção vegetal, continuaram as operações a serem manuais em todas as etapas. Entre os produtores se generalizava a prática de trocar conhecimentos sobre variedades e métodos de manejo mais produtivos, inclusive no que tange às terras mais apropriadas para o cultivo do cacau, o que levava a escolhas de melhores solos, dentro do mesmo bioma por meio da utilização das árvores da Mata Atlântica como indicadores de solos férteis (BONDAR, 1938). Quanto ao controle fitossanitário, começa a difundir-se o uso de sais de cobre, com o objetivo de controlar doenças provocadas por fungos. Os sais eram diluídos em água que era vertida sobre as plantas por meio de regadores ou de bombas aspirante- prementes.

Uma parcela considerável de fazendeiros se julgava benfeitora, o que era comum nas sociedades patriarcais e patrimoniais. Os fazendeiros se viam como responsáveis pela prosperidade da região, mesmo gerando com suas atividades concentração de rendas e de terras. A influência política obtida no território permitia aos grandes produtores de cacau deste período atuar como elite local e negociar com o poder central seus interesses, independente dos aspectos sociais relacionados com a cacauicultura (BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F, 2011).

O quinto período, ou ciclo, tem início nas primeiras décadas do século XX, indo até os anos setenta. É denominado de ciclo da expansão e do absenteísmo de produtores latifundiários, no sentido de que os produtores de cacau não estavam tão presentes à frente de suas fazendas e eram muito seguros da possibilidade de manter o patrimônio deixado por seus pais, graças ao apoio do Estado. A razão é que, embora houvesse ocorrido uma ampliação expressiva da área plantada - a quantidade de amêndoas de cacau cresce de 3.000 t em 1905 para 50.000 t em 1930 - o agente econômico, como seus precursores, os coronéis, decide continuar vivendo nas cidades, o que estabelece uma elevada taxa de absenteísmo nas fazendas, que eram geridas por capatazes (FALCON, 1995).

Nesse período o típico produtor de cacau, o fazendeiro, se torna um agente menos preocupado com a gestão do seu estabelecimento e mais preocupado em integrar *lobbies* que garantam um apoio continuado à cacauicultura, com incremento de subsídios ao crédito agrícola e instituição do crédito fundiário. O comportamento absenteísta negligencia o investimento nas atividades agrícolas, aplicando os lucros obtidos com a atividade produtiva em imóveis fora

da região, propendendo para um estilo de vida suntuoso. Despende o mínimo do que lucra em termos de manutenção e investimentos na cacaicultura, não busca diversificar e nem participar de investimentos à jusante da atividade primária, salvo raros casos de envolvimento com o capital mercantil. Esta conduta, “mutatis mutandis”, também inclui o médio e o pequeno produtor familiar que, com suas “roças” de 3 a 10 hectares, tinham rendas elevadas, comparativamente aos produtores com esta área cultivada em outras atividades, dentro ou fora da região. Na maioria dos casos, esta categoria, que não se considerava fazendeiro, alinhava-se corporativamente e politicamente com o grande produtor.

As ampliações da área cultivada foram resultados de generosos empréstimos concedidos pelo governo. Durante esses anos, a região como todo se tornou uma área de lavoura do cacau, com o predomínio da grande propriedade fundiária. O cacau foi responsável por mais de 90% da renda rural no Litoral Sul. O Produto Interno Bruto da Bahia foi composto, no período, por mais de 30% de renda gerada em atividades relacionadas ao cacau. Os historiadores econômicos definem este período como "economia agrário-exportadora".

Devido ao peso do cacau na economia brasileira, durante esse ciclo, prevaleceram políticas de oferecer e subsidiar o crédito para quem quisesse expandir a produção. Isto ocorria sem fiscalização, levando a desvios. Vários relatos dão conta de que, quando os bancos começaram a liberar créditos, iniciando um novo período de empréstimos, o mercado de automóveis se aquecia.

Como consequência, o produtor de cacau se tornou mais e mais dependente do Estado, principalmente em relação ao crédito subsidiado, nas formas de custeio, investimento e aquisição de terra, mediante o crédito fundiário. O apoio do Estado não significava apenas financiamento da atividade produtiva na escala existente, mas também sua expansão, com baixo custo e baixo risco, contribuindo para a concentração de terra.

Neste período, as disputas de terra se atenuaram. Com investimentos públicos em infraestrutura, construção de estradas, tornou-se mais fácil expandir a fronteira agrícola. De qualquer forma, a presença do Estado foi mais evidente em termos de justiça, segurança e garantia de manter a propriedade da terra. Além dessas intervenções, ocorreram mudanças na estrutura política, na correlação de forças, o que resultou em menos poder para os proprietários de terra e mais poder para a classe média urbanizada. As causas desta transformação foi a Revolução de 1930, que construiu um novo Estado no Brasil, diferente do velho Estado influenciado pela antiga sociedade patrimonial e patriarcal. Nunca antes na história do cacau, o produtor deste bem esteve tão fragilizado em termos de poder político. Paradoxalmente, nunca antes foi tão beneficiado pelo Estado, que priorizava as lavouras que pudessem gerar receitas de exportação.

Esse período também foi caracterizado pela forte intervenção estatal no setor, com a criação do Instituto de Cacau da Bahia, ICB, em 1932, e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, CEPLAC, em 1957, esta última uma agência federal cujo papel era promover o desenvolvimento da região do cacau. Caracterizou também este período, um boom na produção de amêndoas, mais visível na década de 70.

Na ocasião, o Brasil se tornou o maior produtor mundial de cacau, com receitas de exportação de um bilhão de dólares, no ano de 1979. Esse período também foi caracterizado pelo surgimento da agroindústria regional, unidades de processamento da amêndoa com vistas à produção de bens intermediários. Antes, as indústrias de processamento localizavam-se fora da região, inclusive em Salvador. Esses investimentos mais do que dobraram a capacidade de

processamento do setor, promovendo uma rápida expansão da atividade industrial regional e revelando o interesse crescente de capitais externos à região na construção do complexo agroindustrial, o qual poderia induzir, pelo seu dinamismo, outros investimentos em diferentes ramos e atrair capitais ligados à produção de chocolate.

Essa expansão da capacidade de processamento de cacau - no pressuposto de que a tendência de altos preços do produto e seus derivados no mercado internacional até o final dos anos 70 deveria ser mantida - estimulou o aumento tanto na produção como na produtividade. O rendimento físico na produção de amêndoas de cacau elevou-se de cerca de 500 kg / ha para 1,5 e até, experimentalmente, 2,0 t / ha, no fim da década de 70. Estes resultados provieram de inovações tecnológicas realizadas no Centro de Pesquisa do Cacau, CEPEC/CEPLAC, e se tornaram possíveis graças ao trabalho de extensão rural e educação de nível médio, também realizado pela CEPLAC. A incorporação do progresso técnico foi acelerada e ultrapassou os 30% da área plantada, como observado por Monteiro (1977).

Este período exibe um aparente paradoxo: por um lado, o agente econômico prefere permanecer ausente da unidade produtiva e, por outro lado, aceitou a assistência técnica oficial, com o objetivo de tornar seu negócio mais eficiente e mais rentável. Exatamente é isto que sucede porque a política agrícola de então assim sinalizava. Centenas de engenheiros agrônomos foram contratados pela CEPLAC como pesquisadores extensionistas e educadores, com o escopo de tornar possível metas de expansão da cacauicultura, promovendo a modernização do processo produtivo, mesmo sem uma fiscalização adequada e sem a supervisão devida. As metas de produtividade foram alcançadas por meio de um esforço de assistência técnica e difusão tecnológica e impactaram fortemente no sistema de produção, gerando um aumento da produção de cacau de até quase 500 mil t/ano, no início da primeira metade dos anos 80.

O estado da arte em termos de tecnologia durante este período incorporou inovações biológicas, sobretudo sementes selecionadas, e os preceitos da revolução verde, como usos intensivos de fertilizantes e pesticidas. A CEPLAC também promoveu vários estudos sobre os recursos naturais, que orientou a escolha mais apropriada para a expansão das plantações de cacau.

Um dos fatos que marcaram esse ciclo, é que a partir da década de 60 a CEPLAC passa a recomendar um sistema de produção onde a Mata Atlântica é totalmente abatida, seguido do plantio do cacauero e de duas espécies de sombra, a *Erythrina* sp e a *Musa paradisíaca*, banana, causando resistência a parte dos produtores que culturalmente possuíam identidade com o sistema cacau – cabruca, pelo que este propiciava de resiliência ao sistema, pela ciclagem de nutrientes, controle de fito-parasitas e por evitar déficits hídricos. Os cacauicultores deste período estavam convencidos de que eles desempenharam um papel social na criação de renda e geração de empregos, embora fosse óbvio que recebiam favores do Estado e que continuavam pedindo apoio e perdão de dívidas, mais e mais (BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F, 2011).

O sexto período, também conhecido como o da crise da Vassoura de Bruxa, de fato foi uma crise mais ampla e multideterminada, que decorreu de um cenário pseudo otimista, que contribuiu para a concepção e implantação do programa de expansão da área cultivada denominado PROCACAU 2. Este programa, embora resultado de reflexão de *policy makers* e *experts*, não teve poder de previsão suficiente para captar as seguintes condicionantes: 1) as resistências às mudanças por parte dos agricultores tradicionais, cuja viabilidade econômica é extremamente dependente de preços altos e subsídios; 2) a estagnação e as turbulências de

mercados tradicionais; 3) a oferta de concorrentes potencialmente mais competitivos e 4) o fortalecimento, à escala mundial, da concentração das atividades de comércio e processamento, vinculadas, progressivamente, à produção de chocolate, ou seja, a constituição do *agribusiness* do cacau.

Este período ainda não está concluído e tem como característica a queda de produção e a alteração do Brasil da condição de exportador a importador e, mais recentemente, nele se observa o início de uma lenta recuperação cujos primeiros sinais surgem na década de 90 do século passado. Nesse ciclo, o número de falências foi extraordinariamente elevado, levando a coalizões, vendas das propriedades, a ampliação da escala produtiva e a uma nova atitude de gestão, qual seja a disposição de assumir riscos capitalistas para sobreviver e permanecer no agronegócio do cacau.

A crise da vassoura de bruxa gerou um novo capítulo na história econômica do cacau e da região como um todo. Diferentemente do que se pensava anteriormente, que nos anos oitenta adviria um novo e próspero ciclo o “Ciclo da Industrialização Integrada”, que contemplaria a fabricação do chocolate em grande escala, o que veio foi um ciclo de decadência e desordem do setor, que comprometeu sua capacidade de se reproduzir ou preservar a sustentabilidade. As bases de reprodução no passado próximo - os altos preços resultantes da retomada das frustrações de safras na África, os subsídios aos financiamentos, a anistia da dívida e os baixos salários - foram substituídas por novas exigências, tais como forças competitivas ignoradas, políticas de equilíbrio macroeconômico, ajuste fiscal e políticas de salários mínimos que tornaram impossível a sobrevivência do setor em bases tradicionais, ou seja, com ausência de um vigoroso esforço de modernização que reduzisse os custos e aumentasse a produtividade.

Em duas décadas, ocorreu um número expressivo de inadimplências, falências, desinvestimentos, desemprego, bem como a ameaça de adoção de padrões alternativos de uso da terra que dispensam a sombra, cobertura fornecida pela Mata Atlântica que é exigida pela cultura do cacau. A partir de meados dos anos oitenta, em face das práticas tradicionais no processo de produção agrícola, bem como da ausência de integração vertical, que teria dado à região uma posição vantajosa na exportação de bens intermediários e finais e, além disso, da presença de uma nova política de Estado, que se recusou a pagar a conta da ineficiência do setor através de subsídios para compensar a diferença entre o custo de produção e preços internacionais, os problemas estruturais antigos foram agravados. O resultado final foi a pior crise já vivida pelos produtores de cacau da Bahia.

A crise, determinada por uma gestão não profissional, já estava em latência e sua emergência tomou forma com a queda dos preços do cacau, de US\$ 4.000, por tonelada, em 1977/78, para US \$ 1.000, por tonelada, em 1990/91. A desvalorização da *commodity* foi, na realidade, um epifenômeno. Como referido anteriormente, os fundamentos de uma gestão eficiente não existiam no setor. O impacto da crise sobre os agentes do sistema trouxe, tanto objetiva como subjetivamente, reações drásticas. Entre as reações objetivas estavam a redução do investimento e do financiamento para o setor, implicando em um abandono das plantações, o que afetou a produção, a produtividade, bem como a qualidade do produto. Como reações subjetivas se podem alinhar o desinteresse dos *policy makers* para encontrar soluções fora dos padrões tradicionais, que estavam de acordo com as expectativas do produtor - anistia da dívida ou novos financiamentos de longo prazo, seguidos de investimento em infraestrutura e garantia de preços - e as incertezas dos agentes produtivos quanto aos rumos da nova política pública de crédito e comercialização; e dúvidas quanto à possibilidade de se restabelecer os níveis anteriores de atividade, por meio de subsídios e de outros mecanismos tradicionais.

Em suma, a coincidência de dois fatores, preços baixos e nova política de crédito rural com menos subsídios e sem perdão de dívidas, revelou-se fatal para a viabilidade econômica da produção de cacau na Bahia, cuja competitividade no mercado internacional não era genuína, pois dependia da taxa de salários, da sub-remuneração do trabalho e do baixo custo de financiamento, através de subsídios por parte das instituições estatais, que mantinham os custos de produção artificialmente baixos. Como as componentes macroeconômicas do ajuste exigiam a supressão do financiamento da dívida dos cacauicultores por meios inflacionários e como novos e antigos concorrentes aumentaram sua participação no mercado internacional, grande número de produtores regionais já não tinham condições de sobreviver, em contraste com o que aconteceu em outros setores, nos quais os produtores de commodities lograram se converter em produtores de bens intermediários e bens finais pela via da agro industrialização (BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F, 2011).

A vulnerabilidade setorial da produção de cacau na Bahia confirma as hipóteses anteriores sobre o conservadorismo do produtor de cacau, que foi incapaz de tirar partido dos períodos de boom, quando os baixos salários e subsídios asseguravam lucros elevados (BAIARDI, 1978). Eles não conseguiram utilizar o excedente para modernizar o setor e aumentar a produtividade, promovendo tanto a diferenciação quanto a transformação de produtos locais através da agroindústria verticalmente integrada. Em tempos de altos lucros, o produtor de cacau não conseguiu investir em modernização, que teria trazido elevação da produtividade e a internalização do processamento da amêndoa de cacau e derivados.

No ciclo anterior, o do produtor absenteísta, os excedentes foram imobilizados em terras improdutivas e imóveis urbanos. Na ausência de uma moderna gestão, a cacauicultura regional fragilizou-se diante de uma conjunção particularmente difícil de eventos: ações por parte dos países consumidores, pressionando o preço para baixo e manifestações de incapacidade política por parte da representação dos produtores, que perderam prestígio e status nos blocos de poder, por insistir em políticas protecionistas que contemplassem taxas de juros negativas e anistia da dívida. Um dado novo na crise e no período atual, em comparação com os anteriores, é que, no lado da oferta, emergem novos protagonismos, que se distanciam dos produtores tradicionais e que passam a adotar tanto as inovações tecnológicas, valorizadas por consumidores exigentes porque se afastam do paradigma da “revolução verde”, como gerenciais, no que tange ao compartilhamento de custos, como busca de novos nichos de mercado. O crescimento de associações de produtores e cooperativas de produção e a busca de rotas *softs* ou orgânicas para a amêndoa e derivados, têm sido apontados como parte de um conjunto de práticas capazes de se constituírem em alternativa para competitividade setorial pós-crise, além da agro industrialização em pequena escala, criando o conceito de fazendas de chocolate integradas ao setor de serviços (WOOD WITH INTELLIGENCE, 2013).

O estado da arte em termos de tecnologia durante este período foi marcado por uma evolução relativa ao paradigma da revolução verde, que se caracteriza pelo uso intensivo de insumos químicos, principalmente no que tange as inovações biológicas, sobretudo no que concerne à obtenção de clones resistentes e produtivos. Conhecimentos avançados de biotecnologia foram gerados em centros de pesquisa e colocados à disposição dos produtores, juntamente com a perspectiva de agregação de valor, reafirmação dos princípios de que a cacauicultura é um sistema agroflorestal, dependente, portanto, da preservação da Mata Atlântica que pode gerar ativos ambientais e sociais.

Os valores dos produtores de cacau, e dos produtores de outras lavouras regionais tanto no Litoral Sul, tanto em empreendimentos capitalistas/patronais, como nos estabelecimentos

médios e de pequena produção familiar, vêm se modificando na medida em que estes agentes se tornaram mais realistas em relação ao seu papel em uma economia competitiva, com menos proteção do Estado e mais iniciativas de gestão, exigindo-se, para além de um papel de bom gestor e de empresário inovador, a responsabilidade de preservar a Mata Atlântica, sendo, portanto uma espécie de produtor sustentável. O conjunto de valores se distancia dos perfis anteriores de desbravador, pioneiro, benfeitor e empresário subsidiado e se aproxima do perfil de uma agente com elevada responsabilidade ambiental. Esta nova caracterização tem também como causa um conjunto de inovações geradas nos institutos de pesquisa e universidades e entregues aos produtores regionais, as quais reforçam a importância da Mata Atlântica na cobertura das várias plantações, na forma de sistemas agroflorestais. Neste contexto de novos atores sociais, novos protagonismos é que, como iniciativa da sociedade civil, é criado o Instituto Cabruca, que vem acumulando competências para fortalecer este paradigma. (BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F, 2011).

A EMERGÊNCIA DA COOPERAÇÃO E DO PROTAGONISMO INSTITUCIONAL PÓS VASSOURA DE BRUXA: NASCIMENTO E EVOLUÇÃO DO INSTITUTO CABRUCÁ

O Instituto Cabruca nasce no ano de 2007 em um contexto contemporâneo de valorização do conceito de agro ecossistema como encaminhamento das questões ambientais e superação da fragilidade institucional, no qual ainda persiste o conservadorismo da cacauicultura convencional. Seu quadro de sócios é formado por pesquisadores, agricultores familiares, líderes de movimentos sociais e produtores tradicionais que acreditando na cooperação, decidiram participar do Instituto. Estes sócios de diferentes matrizes ideológicas viam no pertencimento ao “modus vivendis” Grapiúna² e no agro ecossistema cacau cabruca a unidade e a identidade para decidirem cooperar (SANTOS, 1955).

Comparativamente a outras lavouras, o agro ecossistema de cacau representa um modelo de produção que consegue manter seus ativos ambientais no bioma Mata Atlântica, contribuindo para a conservação do solo, da água e da biodiversidade (SAMBUICH et al, 2012). A cacauicultura convencional, de sua parte, mantém a cultura de uma gestão ausente que ainda acredita que o modelo intervencionista do Estado seja capaz de prover as soluções necessárias a esta condição. Neste quadro, surge, então, o Instituto Cabruca, organização da sociedade civil com a seguinte missão: “promover o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade da região Sul da Bahia, com ênfase na gestão e no manejo do agro ecossistema Cabruca e de ecossistemas naturais associados” (INSTITUTO CABRUCÁ, 2009).

Seu objetivo desde sua gênese era o desenvolvimento sustentável a partir de uma gestão moderna da cadeia produtiva do cacau e da superação da crise econômica estabelecida pós a infestação da “vassoura de bruxa” na região. As ações do Instituto se pautaram na busca de processos de agregação de valor à amêndoa por diferenciais de preço como orgânico, fino etc., na verticalização da cadeia em nível local, no aproveitamento de produtos florestais e na valorização do sistema pelos seus serviços ambientais, como estoque de carbono, conservação da biodiversidade e conservação de bacias hidrográficas (MARQUES, 2008 e SAMBUICH et al., 2012). A sua missão deve ser entendida como de caráter inovador por buscar a conservação da biodiversidade pela manutenção de uma paisagem que integra um agro ecossistema com alta biodiversidade de espécies nativas, preserva remanescentes florestais e

² Denominação dada aos que habitam no Litoral Sul e que são influenciados pela cultura regional, impregnada de valores de convivência da mata atlântica com a cacauicultura.

reconhece o caminho do desenvolvimento sustentável como meio e não meramente como conceito de “proteção da biodiversidade,” como entendem as instituições ambientalistas (SAMBUICH et al., 2012).

Em seu primeiro projeto fruto de um consórcio institucional financiado pelo Ministério da Agricultura do Governo Holandês, o Instituto realizou diagnósticos sobre a cadeia produtiva, aspectos ambientais e agronômicos do seu principal sistema de produção e promoveu pesquisas participativas com comunidades de agricultores familiares e assentamentos de reforma agrária que durante o auge da crise da “vassoura de bruxa” tiveram na região um aumento significativo (INSTITUTO CABRUCO, 2009).

A partir dessa ação inicial, o Instituto passou a atuar em diversos segmentos no sentido de modernizar a cacauicultura baiana e brasileira, promover outras atividades econômicas potenciais como a produção florestal, agroindustrialização e o ecoturismo, por meio da retomada da credibilidade institucional necessária a processos de desenvolvimento. Para isso, o Instituto, junto com outras instituições da sociedade civil, buscou a integração entre os elos da cadeia e entre grupos de produtores por meio de processos de governança, a exemplo de outras cadeias, ajudando a criar o fórum de concertação “Diálogo do Cacau”, sendo a primeira instituição a secretariar o mesmo que reunia instituições ambientalistas, produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, indústrias e órgãos governamentais (INSTITUTO CABRUCO, 2009).

A partir desta articulação interinstitucional, foram desenvolvidas ações de certificação orgânica e *rain forest alliance*, incentivo à produção de cacau fino e orgânico, apoio a programa de agroindustrialização com foco na produção local de chocolate, pesquisas participativas em agroecologia, silvicultura de espécies nativas e aumento da produção física de amêndoas. Além do fórum Diálogo do Cacau, o Instituto passou também a atuar na articulação de políticas públicas em conselhos e câmaras ligadas ao meio ambiente e a cacauicultura e, inclusive, a liderar a câmara setorial da cadeia produtiva do cacau, contribuindo significativamente para a montagem de uma agenda estratégica para o setor.

Estas ações permitiram que o Instituto se notabilizasse por contribuir com a modernização da cacauicultura no Brasil, seja por meio de sua atuação na articulação de políticas públicas, seja por meio de ações de extensão e pesquisa, bem como, por promover eventos como o Salon du Chocolat França e Bahia, Festival Internacional de Chocolate da Bahia, entre outros, e ainda por atuar com preceitos de agroecologia e agricultura familiar em outros cultivos, fora das tradicionais regiões produtoras de cacau no Brasil.

Esta condição fez com que o Instituto a partir do ano de 2010 passasse a atuar no Pará e Espírito Santo e em 2012 no Rio Grande do Sul, cooperando com a Escola Superior de Hotelaria de Castelli, localizada em Canela, na formação do primeiro Curso de Chocolataria Gourmet no Brasil. Em função deste amplo espectro de atuação, a partir de 2011 o planejamento anual o Instituto decidiu explicitar melhor sua missão que seria: “Promover e conciliar a produção agro florestal de cacau com a conservação da biodiversidade e o combate à pobreza, mitigando os impactos das mudanças climáticas globais”. Além disso, dois dos seus valores essenciais, a cooperação e o diálogo com os diversos atores no sentido de criar convergência em prol da coletividade, foram enfatizados, que corrobora com a visão de Ostrom (2006) sobre o tema (INSTITUTO CABRUCO, 2013).

O amadurecimento de sua visão resultou na ampliação de sua atuação para todo o território brasileiro e foi fruto da visão que percebe os agro ecossistemas produtores de cacau no Brasil

como ativos ambientais importantes. Nesta, e considerando o fato de que estes agro ecossistemas em geral não conseguem gerar riquezas suficientes ao nível local, definiu-se como imperativo a necessidade de atuação em toda a cadeia produtiva, em decorrência do fato dela já existir no Brasil que é atualmente o terceiro maior consumidor de derivados de cacau e o quinto maior produtor de amêndoas do mundo.

Dessa forma o Instituto passou a se estruturar em quatro programas que expressam melhor sua missão: 1) o programa Cabrucando o Futuro, com foco em políticas públicas e governança da cadeia; 2) o programa Terra Verde com foco em agroecologia e agricultura familiar; 3) o programa Agregando Valores com foco em certificação, agroindustrialização e gestão de cooperativas e associações, e 4) o programa Cabruca Cidadã, de responsabilidade exclusiva do Instituto, com recursos próprios ou captados para este fim, que apóia pequenas iniciativas nos campos social e ambiental (INSTITUTO CABRUCUA, 2013).

Atualmente o Instituto possui duas representações, uma matriz em Ilhéus e uma filial na cidade de São Matheus, Estado do Espírito Santo. Nelas, cerca de 30 profissionais entre contratados, consultores e bolsistas, atendem cerca de 50 comunidades de produtores familiares independentes e 1.000 agricultores familiares nas categorias de assentados da Reforma Agrária, indígenas e quilombolas. Ademais, contribui com um programa de mestrado e duas pós- graduações *lato sensu*, preside a câmara setorial da cadeia produtiva do cacau do Ministério da Agricultura e soma mais de 40 parcerias com apoiadores de suas ações.

OBJETIVOS ALCANÇADOS PELO INSTITUTO CABRUCUA

Ao longo de mais de cinco anos de atuação pode-se destacar alguns resultados importantes para a modernização da cadeia produtiva do cacau no Brasil e para alguns processos que foram potencializados pela ação do instituto e outros que tiveram a atuação e participação direta do mesmo.

No âmbito das políticas públicas e de governança da cadeia, destaca-se o papel na renegociação das dívidas contraídas pelos produtores em função do plano de recuperação da lavoura cacauzeira baiana (PRLCB), em que todas as dívidas foram enquadradas na linha do Banco do Nordeste do Brasil, FNE Verde, com prazos de pagamento e carências mais compatíveis com o cultivo do cacauzeiro em sistema cabruca. A participação do Instituto foi decisiva, em função de resultados de pesquisa na área agrônômica e fitossociológica que demonstraram o potencial de conservação do sistema, e que foram utilizados na elaboração de uma nota técnica ao MAPA (SAMBUICH et al., 2012). Ainda neste campo o Instituto contribuiu de maneira significativa na construção da agenda estratégica da cadeia produtiva do cacau (MAPA, 2010), e na criação do fórum Dialogo do Cacau, buscando consolidar a perspectiva de conciliar a produção de cacau à conservação dos biomas Mata Atlântica e Amazônia (INSTITUTO CABRUCUA, 2010).

A ação do Instituto também foi determinante nos seguintes resultados: a) Elaboração do Programa de Agroindustrialização do Cacau da Secretária de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia e no PAC do Cacau; b) Criação da política pública “Cacau Para Sempre” que visa conciliar a produção de cacau ao combate a pobreza, da Companhia de Ação Regional (CAR) vinculada a Secretária de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia; c) Licenciamento ambiental do primeiro empreendimento de movelaria fina do sul da Bahia, que utiliza madeira desvitalizada (morta); d) Licenciamento e adequação

ambiental do Assentamento Terra Vista, primeiro a se adequar a resolução CEPRAM 3592 do Governo do Estado da Bahia; e) Apoio a criação e construção do projeto político-pedagógico da Escola Popular de Agroecologia e Agro floresta Egídio Brunetto e do Centro Estadual de Educação Técnica no Campo e f) Inserção do Sistema Agroflorestal Cabruca como a nona premissa no documento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA para a RIO + 20: “Contribuição da agropecuária brasileira na construção de uma sociedade sem fome e sem miséria e de uma economia sustentável” (MAPA, 2012), em parceria com a CEPLAC.

Quanto às ações diretas na perspectiva de agregar valor e verticalizar a produção de amêndoas ao nível das regiões produtoras de cacau, o Instituto contribuiu com processos estruturantes de certificação, qualificação para a qualidade de cacau, realização de eventos, entre outros.

Como resultado verifica-se a projeção do Brasil como produtor de cacau fino e o reconhecimento pelo CIRAD (Le centre de recherche français qui répond, avec les pays du Sud, aux enjeux internationaux de l'agriculture et du développement) como um novo país produtor de cacau fino, durante o Salon du Chocolat de Paris em 2010. Neste campo destaca-se também o fato da Bahia ter classificado em torno de 10 % das amostras apresentadas pelo concurso durante os anos de 2010 e 2011, uma vez que em 2012 o concurso não aconteceu. (INSTITUTO CABRUCO, 2010).

Um dos resultados mais importantes foi a formação do conselho gestor do projeto de reconhecimento da indicação de procedência “Cacau Sul da Bahia”, formado por nove instituições que somadas representam mais de 2.000 produtores de cacau e formam hoje um importante capital social da região Sul da Bahia. O projeto em fase final de execução já elaborou o documento de requerimento ao INPI propondo o regulamento de uso e estão em processo os estudos para a demarcação da área geográfica protegida.

Destaca-se também a qualificação em produção de cacau fino de cerca de 200 produtores, estruturação de duas cooperativas para estabelecer padrão de qualidade e a elaboração de um Guia de Boas Práticas de Qualidade de Cacau em parceria com Instituto de Manejo e Certificação Agrícola e Florestal – IMAFLORA. A esta iniciativa soma-se a formação de um grupo piloto de 20 produtores ligados a Cooperativa Agrícola de Gandu – COOPAG, para adequação de seus imóveis à conformidade do Selo *Rain Forest Alliance*, em parceria com o IMAFLORA e CEPLAC.

As ações do Instituto no campo da agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, representado pelo programa Terra Verde, com foco em agricultura familiar, assentamentos e comunidades tradicionais, atendem hoje direta e indiretamente com ações de extensão rural, assistência técnica e capacitação, 1300 agricultores em todo o Litoral Sul, Baixo Sul e Extremo Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo. Neste aspecto cabe destacar os seguintes resultados: 1) Recuperação e enriquecimento de 500 ha de sistemas agroflorestais Cacau Cabruca; 2) Distribuição de 300.000 mudas de cacau, fruteiras, palmáceas e essências florestais; 3) Transição agroecológica de 90 famílias no Norte do Espírito Santo e 210 em processo de convencimento; 4) Certificação de conformidade orgânica de 55 famílias e 192 em conversão; 5) Adequação de estruturas de fermentação, secagem e armazenamento de cacau que atendem a 347 famílias; 6) Incubação de duas Cooperativas e desenvolvimento de embalagem para a produção de chocolate; 7) Recuperação de 15 ha de áreas de preservação permanente e 8) Publicação da Cartilha Experiências com adubação verde, policultivos e sistemas agroflorestais no litoral sul da Bahia, em parceria com o Programa Bancos

Comunitários de Sementes de Adubos Verdes do Setor de orgânicos do MAPA, com tiragem de 2.000 exemplares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações e os resultados alcançados pelo Instituto Cabruca demonstram compromisso e acúmulo de experiência. As ações integradas realizadas foram capazes de influenciar o pensamento contemporâneo acerca da perspectiva de modernização da cacauicultura baiana, mantendo os seus ativos socioambientais. O foco atual de promover a verticalização da produção nas regiões produtoras de cacau da Bahia e integrar ao setor de serviços, principalmente o ecoturismo, parece oferecer uma perspectiva inovadora na criação de uma economia diversificada, sem modificar a base produtiva. Neste sentido, avalia-se que em função da rica agro biodiversidade e de outros ativos de seu principal sistema produtivo, pode-se ir além de uma economia primária. Por último vale ressaltar um diferencial da atuação do Instituto Cabruca, que é representado pelos valores institucionais do diálogo e da cooperação, que permitiram ao instituto, alcançar expressivos resultados cooperando com diferentes atores como produtores tradicionais, movimentos sociais, outras ONG's e o Estado brasileiro, em todos os seus níveis. Em termos de competitividade houve avanços expressivos. As amêndoas de cacau e derivados provenientes do sistema cabruca e com selo de origem controlada, têm tido uma aceitação crescente, com preços bem superiores ao cacau *commodity*, demonstrando no caso a viabilidade e o potencial de competição das tecnologias sociais.

BIBLIOGRAFIA

- BAIARDI, A. Fundamentos do pensamento político do grande produtor rural da região cacauceira da Bahia. Boletim Técnico do CEPED, Camaçari (BA), 5 (4/6), jul/dez 1978.
- _____. Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauceira da Bahia, São Paulo: HUCITEC, 1984, 184 pgs.
- BONDAR, G.G. A cultura do cacau na Bahia. Instituto de cacau da Bahia, 1938.
- BRIGHT, C. O chocolate pode resgatar a floresta. Worldwatch Institute, (disponível em http://www.wwiuama.org.br/ww_mat_choc1.htm, acessado em 17/03/2013 as 12:36 h)
- CARDOSO, C. F. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1979..
- FALCÓN, G. O coronéis do cacau. Salvador: CED/UFBA e IANAMÁ
- INSTITUTO CABRUCA, 2013. (disponível em: <http://www.cabruca.org.br/institucional.php>, acessado em 17/03/2013 as 10:54 h).
- _____. Relatório Institucional “2007-2009”. Ilhéus: Documento Interno. Impresso, 2009.
- MARQUES, A, C., Bacia Hidrográfica do Rio Santana: Influência das Atividades Antrópicas na Dinâmica Hidrológica, 96 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2008.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA e ABASTECIMENTO (MAPA), 2013 (disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Home%20Page/Rio+20/Contribuicao%20da%20agropecuaria%20brasileira.pdf, acessado dia 17/03/2013 as 09:34 h).
- MONTEIRO, A. Avaliação econômica das atividades de pesquisa e extensão agrícolas. Itabuna: CEPLAC/CEPEC, 1977.
- OSTROM, E. Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 2006.
- SAMBUICHI, R.H; VIDAL, D.B; PIASENTIN, F.B; JARDIM, J; VIANA, T.G; MENEZES, A.A; MELLO, D.LN; AHNERT, D; BALIGAR, V. Cabruca agroforests in southern Bahia, Brazil: tree component, management practices and tree species conservation, Biodiversity and Conservation. DOI 10.1007/s10531-012-0240-3- Janeiro/2012.
- BAIARDI, A. TEIXEIRA, F. O Desenvolvimento dos Territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia: a Rota da Sustentabilidade, Perspectivas e Vicissitudes. Salvador: Escola de Administração da UFBA, 2011 (Relatório de Pesquisa/Consultoria).